

14/2/1988

Sarney, José

A marcha da insensatez

Não serve a ninguém, a qualquer grupo social, muito menos ao País, a desestabilização do Governo Sarney. Serve, sim, a finalidades opostas ao interesse nacional nesta hora de grande perplexidade. Serve à escalada do já acelerado processo de decomposição da economia e ao caos político cuja primeira e inevitável consequência será a perda dos passos já dados pela transição.

Os que, fora do Governo e até dentro dele, agem de modo a adensar a crise não se têm dado conta da imensa importância do processo de transição e das gravíssimas consequências potenciais da sua interrupção. A transição, da qual a Constituinte é símbolo e garantia, não resistirá à queda da autoridade presidencial, também ela símbolo da nossa fé no sistema político que escolhemos e símbolo também da nossa devoção à lei. A autoridade da Presidência é a referência que temos, na nossa cultura e na nossa forma de organização política, do primado da ordem legal.

Por malucedida que tenha sido até aqui a administração José Sarney em matéria econômica — matéria essencial, vértice de toda a nossa atual intranquilidade — não se pode deixar de reconhecer vir ele presidindo com êxito a transição. Mais ainda: por gravíssimas que sejam as aflições que a economia nos impõe, não hesitamos em afirmar que a conclusão do processo de transição política é a maior responsabilidade deste Governo. Se ele lograr consolidá-la, legando ao sucessor um País institucionalizado, submetido à lei escrita, devoto da sua devoção democrática, terá ele cumprido seu papel. A transição não é uma questão retórica, nem diz respeito a frugalidades da vida do País. Diz respeito ao resgate do seu caráter

mais essencial, aquele que concerne à coexistência de todos sob o mesmo ordenamento jurídico, a cada um correspondendo iguais direitos e responsabilidades e a nenhum se concedendo o benefício da exceção.

A passagem de um processo a outro, do autoritarismo à institucionalidade, não se dá, como não se deu na maioria dos países que a fizeram, sem traumas e ressentimentos. Trata-se de reacomodar interesses, costumes políticos e interações que, já acomodadas, têm de ceder lugar a outros processos. As perdas dos que assim perdem causam turbulência. O Brasil, porém, entre todos os exemplos contemporâneos, como o da Argentina, o da Espanha, o da Itália e o de Portugal é o que melhor tem atendido à nossa exigência nacional de transição pacífica. Os outros foram todos fortemente turbulentos.

A personalidade do presidente José Sarney e a percepção que teve da complexidade da transição talvez o tenham feito acelerar em demasia o processo. O povo brasileiro, amalgamado por vinte anos de autoritarismo e, mais remotamente, por todo um referencial histórico de ascendência do Estado sobre a sociedade, possivelmente tivesse pretendido, embora não o haja racionalizado, uma transição que resguardasse sua noção de autoridade. Noção que precisa ser revista, porque não corresponde à dialética da democracia; mas que haveria de sê-lo gradualmente sob o estímulo da própria dinâmica da recriação política. A rapidez imposta pelo Presidente ao processo de mudança fez com que se confundisse negociação e diálogo com indecisão e omissão, circunstância que criou no consciente coletivo uma sensação de hiato de autoridade. E a

falta de convivência com o processo político das democracias.

Esta análise não ilide, de forma alguma, nossa convicção de que se vem cumprindo a responsabilidade histórica deste Governo com a transição, razão por que se impõe preservar sua autoridade. Esta tarefa nos impõe a todos, inclusive e sobretudo ao próprio Presidente, que está no dever, face ao quadro adverso que se criou, de desafiar agora sua personalidade conciliadora e tolerante para impedir, por gestos e atos, que a escalada da desestabilização prossiga. Ela não nos serve, ela levará o País à ruína.

O esgarçamento da autoridade presidencial neste momento teria como consequência a impossibilidade do acerto das contas externas, etapa essencial ao acerto da situação interna; teria como etapa seguinte o agravamento da desobediência civil e a inviabilização do calendário eleitoral e da própria Constituinte. Não teria legitimidade nem autoridade uma Constituição produzida por uma classe política que haja sido confrontada pela opinião pública, como seria o caso se o Governo se desestabilizasse. Todos os homens da política, todos os partidos naufragariam nas mesmas águas em que sossobrasse a autoridade presidencial.

E absolutamente urgente um recuo na marcha insensata do derrotismo. Todas as instituições sociais, os meios de comunicação sobretudo, têm uma responsabilidade solidária e irrecusável com a transição política. Deixemo-la completar-se, ainda que com tantos sacrifícios pessoais como aqueles com os quais a desordem econômica nos açoita, em nome de um objetivo maior. Mais alguns passos e teremos uma Constituição, um Governo estável e um imenso clarão no horizonte.

Álvaro Pereira

2 • DOMINGO, 14/2/88

Jornal de Brasília

Uma nova estratégia

Na conversa ao pé do rádio da última sexta-feira, o presidente José Sarney abandonou seu estilo normalmente afável e conciliador, para responder com aspereza às acusações e denúncias feitas por setores da imprensa contra seu Governo. As sucessivas denúncias de corrupção nos diversos escalões da administração pública deveriam vir acompanhadas, segundo o Presidente, de provas cabais que permitissem ao Governo identificar e punir os responsáveis. Se isso não ocorre, as acusações se tornam levianas; e se o poder público não consegue colocar na prisão os corruptos, é por que a Justiça brasileira tem um alto grau de permissividade, a ponto de tolerar que um assassino possa aguardar o julgamento em liberdade.

O novo estilo do Presidente, agora mais incisivo na resposta aos seus acusadores, vem se manifestando, segundo seus principais assessores, há pelo menos quinze dias. Sua primeira vítima foi o secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes, autor de uma nota com críticas genéricas ao comportamento do Governo. Outras iniciativas se sucederam, procurando atingir objetivos diferentes. De um lado, o Presidente repeliu com veemência as decla-

rações de um dos principais líderes do Centrão, o deputado Roberto Cardoso Alves, do PMDB de São Paulo, que condicionava seu apoio ao Governo ao recebimento de cargos e favores ("E dando que se recebe..."). De outro, assinou decreto proibindo terminantemente toda e qualquer contratação no serviço público, como parte das medidas de combate ao déficit no orçamento.

Com efeito, o tolerante José Sarney está disposto, na visão de seus assessores mais próximos, a revelar uma faceta até agora pouco conhecida da sua personalidade. Ferido por denúncias que considera irresponsáveis, envolvendo políticos amigos e até familiares, o Presidente passa a responder seus acusadores no mesmo tom, demonstrando toda a sua inconformidade. Ao mesmo tempo, trabalha administrativamente para imprimir ao Governo uma imagem de austeridade, contrapondo-se à expectativa daqueles que gostariam de receber para dar.

E claro que a nova postura do Governo e do Presidente implicará em certos riscos de natureza política. Empenhado em consolidar o apoio de uma maioria sólida no Congresso e na Constituinte, o Presidente poderá desagradar

setores políticos cuja posição, ou voto, dependerá fundamentalmente da maior ou menor generosidade do Governo. Trata-se, porém, ao que tudo indica, de risco calculado. O presidente Sarney parece ter optado por uma nova estratégia política, agora baseada na austeridade, depois de ter-se convencido de que uma maioria construída em bases fisiológicas poderia lhe custar caro demais.

Era a imagem do Governo que estava em julgamento, perante o País e a história. O Presidente parece ter optado por preservar essa imagem, convencido de que essa nova postura poderá lhe render um apoio tão ou mais expressivo, na Constituinte, do que aquele determinado pela concessão de benesses e favores. Se existem os políticos oportunistas, que colocam seus interesses pessoais acima dos interesses da Nação, a maioria ainda parece sensível ao julgamento de uma opinião pública que não aprova esse tipo de barganha política. Se pretende ver aprovado um mandato de cinco anos, o Presidente parece mais próximo de consegui-lo agora do que antes. E mesmo que não o consiga, ele poderá deixar o Governo com a consciência tranqüila, pela porta da frente.